

O ESTADO ATUAL DA SOCIOLOGIA: algumas observações face ao próximo Congresso ALAS (Associação Latino Americana de Sociologia)

Alain Caillé*

Resumo

O autor faz a crítica à sociologia a partir da abordagem antiutilitarista. O autor questiona sua utilidade atual visto que esta disciplina conhece várias rupturas em termos de sua abrangência disciplinar e teórica que limitam perigosamente seu interesse prático. Para ele, essas rupturas se dão em três níveis: entre teoria e empiria, entre escolas rivais e entre disciplinas. Ele ainda propõe uma quarta ruptura, aquela gerada por sua indiferença com relação aos dois grandes debates teóricos da atualidade: reconhecimento e cuidado. Propõe então que se a sociologia quiser sobreviver terá de se abrir para as novas discussões como a dos *postcolonial studies* e *subaltern studies*, e também a dos *gender studies* e *care studies*, e aquelas teorias de importante dimensão moral como as do reconhecimento e do dom.

Palavras-chave

Sociologia. Antiutilitarismo. Estudos pós-coloniais.

THE REALITY OF SOCIOLOGY NOWADAYS: some observations regarding the next ALAS Meeting

Abstract

The author criticizes sociology from an anti-utilitarian approach. The author questions its present-day utility as this discipline has met several ruptures in terms of its disciplinary and theoretical realm which dangerously bound its practical interest. As he sees it, those ruptures happen in three levels: between theory and empiricism, between rival schools and between disciplines. He even proposes a fourth rupture, the one generated by its indifference to the two great theoretical discussions of the present time: recognition and care. Then he suggests that if sociology wants to survive, it has to open itself to

* Tradução de Máira Albuquerque.

new discussions such as the postcolonial studies and subaltern studies and also the gender studies and the care studies and those theories of important moral dimension such as the recognition and the gift theories.

Keywords

Sociology. Anti-utilitarian approach. Postcolonial studies

Introdução

Notam-se, em todo o mundo, cada vez mais sociólogos, professores e estudantes de sociologia, mas, por razões diversas, não é certo que esta situação aparentemente invejável dure para sempre, nem mesmo que a disciplina relativa à sociologia sobreviva tempo suficiente sob sua forma atual. Sua utilidade toma-se incerta em um mundo completamente monetarizado, cujo único critério é a rentabilidade imediata. A situação pode ficar ainda mais problemática, a sociologia revela-se cada vez mais incerta acerca de sua identidade, seu significado e sua legitimidade. O contraste com a economia, neste ponto, é impressionante. Encontra-se entre os economistas um vasto leque de posições políticas e éticas e de variantes doutrinárias, mas o corpo da disciplina é ensinado de forma aproximadamente idêntica em todas as universidades do mundo. O ensino da filosofia e de outras disciplinas das ciências sociais também é encarado como uma grande unidade.

Nada semelhante à sociologia, marcada por uma ruptura tripla. Uma ruptura, em primeiro lugar, de seu ensino, dividido entre a apresentação ritual dos grandes clássicos oferecida ao início do curso a estudantes geralmente muito jovens para entender o seu significado, e a formação para o trabalho de campo, geralmente estritamente empírica, que é exigida de pesquisadores ou estagiários de pesquisa, e que cada vez mais define a identidade da disciplina. Quem é, então, o sociólogo? É o homem de um ou mais "campos". Quando uma preocupação teórica persiste, é em referência a alguns autores ou escolas de pensamento que estão longe de ser unanimidade dentro da disciplina: o marxismo, Bourdieu, Goffman, Luhmann, Coleman, Habermas, Latour etc. A segunda ruptura é aquela que opõe as várias escolas sociológicas que

se anatematizam mutuamente sem concordar *minimamente* sobre a própria essência da sociologia. E a terceira ruptura é o trabalho empírico realizado em eco com autores ou escolas estrangeiras da sociologia propriamente dita e que pouco ou em nada se manifestam.

Mais e mais trabalhos de sociólogos, de fato, desdobram-se em uma referência implícita ou explícita aos *gender studies*, aos *cultural studies*, aos *subaltern* ou aos *postcolonial studies*. Os livros que reivindicam essas correntes de pensamento são tão mais vendidos face ao público em geral - em todo o mundo exceto na França, que os ignora - que os trabalhos estritamente sociológicos, que estão cada vez menos presentes nas prateleiras das livrarias. No entanto, uma das características dessas correntes de pensamento é que elas são amplamente interdisciplinares ou transdisciplinares, e reúnem não apenas sociólogos, como também muitos historiadores, filósofos, críticos literários e antropólogos. Outra característica marcante é que seus trabalhos - e seus próprios nomes - escrevem-se majoritariamente em inglês, e que suas inspirações e seus autores favoritos, com exceção de Gramsci, são essencialmente filósofos franceses: Michel Foucault, Gilles Deleuze ou Jacques Derrida; sem esquecer, mais marginalmente, Lacan, Lyotard e Althusser. Ou ainda, a maior parte desses trabalhos encontra-se na esteira da *French Theory* ensinada em universidades norte-americanas nos anos 1970-1980 a partir desses autores, mas segundo modalidades americanas e usando de um tom curiosamente desconhecido na França, onde ainda não se sabe quase nada sobre esses *gender*, *cultural*, *subaltern* e *postcolonial studies*.

A estas três quebras - a dupla ruptura interna entre teoria e empiria, aquela entre escolas rivais, e a ruptura externa entre sociologia, história, crítica literária e filosofia - pode-se adicionar uma quarta, que a elas se sobrepõe e as multiplica: tanto a sociologia como os *cultural*, *subaltern* ou *postcolonial studies* estão bastante ausentes dos dois grandes debates teóricos e políticos atuais, transversais à filosofia política e às diversas ciências sociais, que permitem escapar do quadro estreito e estéril no qual a *Teoria da Justiça* de Rawls e a *Teoria da Ação Comunicativa* de Habermas haviam encerrado o pensamento ético e normativo no último quarto do século XX: o debate sobre as teorias do reconhecimento, iniciado por Charles Taylor e Axel Honneth (seguido por Nancy Fraser, socióloga e filósofa) e o debate sobre o *cuidado* (*care*), após os trabalhos de Carole Gilligan e, hoje, os de Joan Tronto, que recolocam a reflexão feminista em novos trilhos.

Todos estes trabalhos, todas essas reflexões, dependem da sociologia ou deveriam ser de responsabilidade dela? Do ponto de vista do pensamento, pode-se dizer que isto não é relevante e que pouco importam os rótulos, desde que se faça presente a razão. Mas, para melhor ou para pior, a transmissão organizada e instituída do conhecimento e das ferramentas do pensamento tem necessidade de rótulos que permitam definir os cursos, as progressões pedagógicas e sua validação. Outro ponto importante a considerar é o seguinte: em parte, são a unidade e a universalidade de seu ensino, juntamente à simplicidade (e ao simplismo) de seus principais conceitos e à sofisticação formal de seus modelos, que constituem a essência da ciência econômica e que explicam sua influência planetária - sua hegemonia, diria Gramsci. A sociologia tem sido pensada, já há muito tempo, como o 'outro' da ciência econômica, ao mesmo tempo como sua extensão, sua crítica e sua superação. Se ela se desintegrasse, perder-se-ia com ela toda uma área de pensamento que nega a transformação do mundo em um enorme mercado, condenando-nos à impotência ao mesmo tempo teórica, ética e política.

É, então, urgente identificar o denominador comum a todas as correntes de pensamento a que me referi, de modo a poder ao mesmo tempo organizar uma transmissão racional dos resultados da reflexividade moderna e opor à legitimidade imperialista da ciência econômica uma legitimidade teórica alternativa, suficientemente poderosa.

Eu gostaria aqui de sugerir duas coisas (uma vez que não poderia fazer nada mais além de sugerir): em primeiro lugar, que seria bom que todas estas escolas e correntes de pensamento fossem vistas como parte integrante da sociologia, mas sob a condição de entender por sociologia a ciência social em geral, a *social science*; e, além disso, que o denominador comum que nos falta deva ser buscado naquilo que eu e meus amigos do MAUSS chamamos de paradigma do dom, esta concepção da relação social que é possível inferir e extrair de *Ensaio sobre a Dádiva*, de Marcel Mauss, para estendê-lo, para além do campo da etnologia, a todas as ciências sociais.

Sociologia *stricto sensu* e *large sensu*

Ainda não se discutiu o suficiente para se perceber que, em se profissionalizando e se especializando, a sociologia foi gradualmente se tomando muito diferente do imaginado por seus fundadores ou aqueles em

geral por ela reconhecidos como tais, e que é agora uma mera acumulação de levantamentos de campo. As ambições do inventor do nome, Auguste Comte, eram claramente da ordem de uma filosofia moral e política (positivas) generalizada. Marx era um economista, sociólogo, historiador, antropólogo ou filósofo? Lembremos que Max Weber, um advogado por formação, considerou-se por muito tempo economista. E para Durkheim, como para os seus amigos e discípulos do *L'Année sociologique*, todas as evidências apontavam a vocação da sociologia de reunir o conjunto das disciplinas especializadas das ciências sociais: antropologia, ciências da religião ou da educação, história, economia etc. E isto, claramente, na ambição de responder melhor às questões levantadas pelos filósofos. Poder-se-ia também, simetricamente, relevar a mesma abertura interdisciplinar generalizada entre uma variedade de grandes nomes da tradição da economia política, a começar por Adam Smith ou pela filosofia.

Consideremos, portanto, que em cada uma das disciplinas que compõem as ciências humanas e/ou sociais, haja duas vertentes: uma vertente especializada, fechada sobre si mesma, e uma vertente geral, aberta ao dialogismo interdisciplinar. Uma das grandes ambiguidades e dificuldades da sociologia é que, como todas as outras disciplinas, ela desenvolve essa vertente especializada, que é legítima, mas assume cada vez menos sua vertente e sua função geral, enquanto seus fundadores, reais ou supostos, que a identificavam como uma ciência social geral ou uma filosofia social, privilegiavam, ao contrário, sua dimensão de abertura.

Se a identidade ou a complementaridade entre a sociologia e a ciência social geral (ou filosofia social) perdurasse, ao menos tendencialmente e complementarmente à especialização da disciplina, não haveria nenhuma dificuldade em considerar que os *gender*, *cultural*, *subaltern* e *postcolonial studies*, bem como a teoria do *cuidado* ou do reconhecimento, têm sua origem na sociologia ou em sua outra vertente, a filosofia social. Acredito que teríamos todo interesse em instituir nas universidades uma tal disciplina da ciência (ou da filosofia) social geral. Mas, as cargas simbólicas e administrativas são tão grandes que tal evolução é pouco provável.

Toma-se obrigação da sociologia, se quiser sobreviver, assumir suas responsabilidades e, em seus cursos de graduação, oferecer não apenas uma formação para a pesquisa de campo ou uma apresentação de alguns autores canônicos de base da disciplina, mas também garantir a sua abertura a todas

as questões e discussões acima referidas, como já acontece parcialmente com os *gender studies*.

A mesma coisa, essencialmente, poderia ser dita a partir de um ponto de vista mais metodológico e epistemológico. As ciências sociais devem cumprir quatro requisitos básicos: um imperativo da descrição empírica da realidade e dos fatos; uma necessidade de explicação (que exige dar uma razão, pesquisar suas causas objetivas); um imperativo interpretativo (que exige compreender as razões subjetivas dos atares); um imperativo normativo (como definir como tudo isso faz sentido para o pesquisador e para os atares, e os aspectos éticos e políticos). Poderíamos demonstrar como as diferentes disciplinas das ciências sociais se organizam de uma maneira especial a partir de um ou *outro* destes *requisitos*.

O que marcou a ruptura das ciências sociais com a tradição filosófica a partir da qual emergiram foi a seriedade com que foi encarado o imperativo de descrição ("Vamos pôr de lado todos os fatos", escreveu Rousseau, por exemplo, em *Le contrat social*, resumindo, assim, certa inclinação especulativa e antiempírica da filosofia política clássica). Porém, a sociologia dos pais fundadores, ou seja, a ciência (ou filosofia) social geral, assumiu claramente esses quatro imperativos, ao mesmo tempo irreduzíveis e complementares.

A sociologia atual, ao contrário, tende fortemente, quando se pretende científica, a se limitar ao único registro empirista-descritivista, ou, quando quer fazer sentido e assumir suas questões normativas, a se contentar com recaídas ou quedas de uma tradição marxista ou crítica insuficientemente reexaminada.

O destino do marxismo

É interessante realmente observar que o que produz a unidade subterrânea e não assumida dos diferentes discursos e escolas de pensamento aqui mencionados - *postcolonial*, *subaltern* e *gender studies*, teorias do *cuidado* ou do reconhecimento – é sua relação com a tradição marxista, raramente anunciada ou pensada, mas bastante complexa. Porém, trata-se de um marxismo que nem sempre é fácil de ser identificado, porque se apresenta sob formas ao mesmo tempo difratadas, invertidas, reformadas e deformadas. Quatro características desta relação com o legado do marxismo

são particularmente importantes: duas que o estendem e outras duas que o reverterem.

1. Estes diferentes discursos se diferenciam e se opõem segundo a escolha do sujeito coletivo chamado a desempenhar o mesmo papel que o proletariado no marxismo clássico: o de um sujeito ao mesmo tempo alienado, reificado, explorado, mas um sujeito que ao se libertar, libertará toda a humanidade. Segundo as escolas, são chamados a assumir este papel: as mulheres ou as sexualidades reprimidas nos *gender studies*; os subalternos, os humildes, as camadas sociais arcaicas nos *subaltern studies*; os colonizados, os ex-escravos ou os imigrantes nos *postcolonial studies*; o conjunto de todos aqueles que são mal, pouco ou nada reconhecidos pelas teorias do reconhecimento; os trabalhadores (trabalhadoras) do *cuidado*, mulheres e imigrantes, segundo os teóricos do cuidado etc.
2. Esses mesmos discursos são herdeiros da crítica marxista, forçando a desconstrução, a historicização, a desessencialização, a desnaturalização de todas as categorias sociais instituídas. A ideia básica é que tudo que existe em sociedade é "construído" e, logo, deve ser desconstruído. E que essa desconstrução é, de certa forma, um fim em si própria. É aqui onde muitos desconstrucionistas contemporâneos surgem como formas de radicalização da crítica marxista radical. Mas, uma crítica e uma negatividade que já não acenam em direção a qualquer positividade ou qualquer possível reconciliação.
3. Porque, após o colapso e a autorrefutação dos sistemas comunistas, não se propõe mais uma saída positiva à crítica e à desconstrução, nem se evocam os amanhãs reconciliados que viriam resgatar toda a miséria passada da humanidade e inaugurar uma era de paz, prosperidade e harmonia universal. Daí o tom em grande parte desesperançado e niilista de muitas dessas perspectivas, que encontram a sua alegria na luta em si, e não a partir da perspectiva da vitória. Em se tratando do reconhecimento, quem, de fato, seria capaz de reconhecer verdadeiramente aqueles que lutam pelo seu reconhecimento, se tudo o que existe deve se "dissolver no ar", e se não pode nem deve existir nenhum provedor legítimo

de reconhecimento, nenhum "reconhecedor" supremo? Subsiste nesses discursos uma dimensão messiânica, mas trata-se de um messianismo sem Messias e sem terra prometida.

4. Em todo caso, porém, trata-se de lutas pelo reconhecimento ou de reconhecimento, e é aqui que a inversão feita em relação ao marxismo ortodoxo é mais impressionante. O que conferia ao conceito de proletário sua homogeneidade de princípio e sua capacidade de simbolizar e reunir todas as lutas sociais, é que o conceito de operário incluía a perspectiva do "próximo" em uma luta pelo ter, todos aqueles que lutam pela melhora de sua condição material. Os novos sujeitos trazidos à luz pelos grandes discursos contemporâneos lutam, primeiramente, para ser reconhecidos. Para ser, e ser reconhecidos como existentes mais que por ter, embora, naturalmente, entre ser e ter todas as inversões dialéticas sejam possíveis. Retrospectivamente, parece claro que as lutas propriamente econômicas do passado foram apenas lutas pelo reconhecimento da dignidade dos explorados, e, prospectivamente, que as lutas pelo reconhecimento que não se traduzissem em algum ganho material obteriam apenas vitórias ilusórias, ilusões de ótica.

Estas observações nos permitem voltar à pergunta que nos fizemos no início: como e sobre que bases definir na ciência (e na filosofia) social um paradigma alternativo àquele do *homo economicus*, que é a raiz da ciência econômica e que concorre à 'omnimercantilização' do mundo, legitimando-a com antecedência?

Uma primeira condição para isso é realizar uma avaliação reflexiva serena das forças e das fraquezas do marxismo sob suas várias formas, de suas contribuições e de seus paradoxos. Instrumento incomparável da crítica social, o marxismo afigura-se contaminado por seu componente messiânico que o leva a uma depreciação radical de qualquer forma possível do presente aliada a uma superestimação fantasmática de um passado e de um futuro hipotéticos e distantes (o comunismo primitivo ou final). É esta junção explosiva de pessimismo e otimismo radical que forma a matriz das tensões contraditórias que polarizam todo o campo dos diversos marxismos. De todos os discursos possíveis sobre a modernidade e a história, o marxismo é, com efeito, ao mesmo tempo o mais economicista e o mais antieconomicista,

o mais utilitarista e o mais antiutilitarista, o mais individualista e o mais anti-individualista, o mais científico e mais anticientífico, o mais libertário e o mais ditatorial, e assim por diante. E ainda, por estas razões, o mais materialista e o mais antimaterialista.

A sociologia geral e o paradigma do dom

É compreensível, portanto, a persistência do marxismo. Se ele é, de certa forma, insubmergível - "o horizonte insuperável de nosso tempo" dizia Sartre - é porque ele ocupa todos os polos extremos e opostos de todo discurso possível nas ciências sociais. Mas estes polos são insustentáveis no seu radicalismo, e, *a fortiori*, é impossível ocupá-los simultaneamente. As grandes obras das ciências sociais podem ser consideradas como tentativas de definir posições realistas e plausíveis entre as extremidades teóricas, éticas e políticas do marxismo, sedutoras, mas insustentáveis.

VI. Resta então identificar um terreno comum ao conjunto das escolas e teorias da ciência (e filosofia) social. Ou, se preferimos, em sociologia largo *sensu*. Definitivamente, não é algo muito misterioso. A partir do momento em que os diversos legados do marxismo levam a ideia de que à raiz do conflito social está a luta pelo (e do) reconhecimento, o conflito propriamente econômico aparece como uma modalidade e um caso particular. Uma modalidade e um caso particular de importância considerável, cada vez mais, hoje; mas, ainda assim, apenas uma modalidade e um caso particular. De minha parte, já tentei sugerir que é exatamente neste terreno que se encontra a convergência entre todos os grandes autores da tradição sociológica, e que o que eles analisam, cada um à sua maneira, mesmo que raramente coloquem isso com seus termos próprios, é a luta dos sujeitos sociais, individuais ou coletivos, para fazer reconhecer o seu valor. E é exatamente esta questão que está no centro dos grandes discursos que estruturam as lutas sociais e os debates contemporâneos; que está no cerne das teorias do reconhecimento, é claro, nem é necessário dizer; mas no cerne de todas as outras também. O que tematizam as teorias do *cuidado* é que o dom dos cuidados que trazem remédio à fragilidade humana não são reconhecidos como dons, sendo de alguma forma tomados invisíveis a partir do momento em que são utilizados por aqueles que poderíamos – para fazer uma ligação com os *subaltern studies* - chamar de os subalternos, as mulheres ou os trabalhadores

migrantes. É, também, uma história tomada invisível, não reconhecida, a história dos subalternos, dos dominados, que os *subaltern studies* pretendem exumar e reconhecer, contra a história oficial que se recusa a ver além da ação e do trabalho histórico das elites. São, similarmente, os dons dos ex-colonizados, ou melhor, o que lhes foi extorquido, os crimes e as pilhagens que eles sofreram, que os *postcolonial studies* se propõem a trazer à plena luz.

Mas, essas convergências devem encorajar-nos a ir mais longe, questionando a nós mesmos sobre o que os vários grupos sociais buscam reconhecer através de suas lutas. Novamente, a resposta não é muito misteriosa: eles querem o reconhecimento do seu valor, seu valor humano e social. Amor, respeito, autoestima (para usar as categorias propostas por Axel Honneth, após Hegel) são apenas algumas das declinações do valor reconhecido ao sujeito que se beneficia. Deste modo, podemos ver a grande divisão que, em meio às ciências sociais em geral, separa a economia política, de um lado, e a sociologia (e a antropologia, filosofia, história etc.), de outro. A economia política pergunta-se sobre o que determina o valor dos bens e sobre o valor dos indivíduos proprietários ou produtores de bens dotados de certo valor. A sociologia questiona-se - sem conhecer o suficiente - sobre o que determina o valor relativo dos vários grupos sociais que estão acima ou abaixo de sua capacidade de produzir ou possuir bens.

Para a questão de saber o que determina o valor econômico dos bens ou mercadorias, a tradição econômica forneceu duas grandes respostas: a utilidade (*ou seja*, sua relativa escassez) ou o tempo de trabalho necessário à sua produção. O que determina o valor social dos grupos sociais e indivíduos? A própria linguagem que usamos para relacionar as questões centrais das principais escolas do pensamento contemporâneo indica a direção na qual se deve procurar a resposta. O que todos os grupos sociais em conflito, mulheres, subalternos, antigos colonizados, prestadores de cuidados etc. querem ver reconhecido é o valor dos dons que efetuaram (ou que lhes foram tomados). Generalizemos: o que determina o valor dos sujeitos e dos grupos sociais é o reconhecimento dos dons que eles fizeram e/ou a relação que mantêm com a doação (*Ergebnis*), em certa dimensão de graça (carisma) e de gratuidade que faz com que algo seja melhor que nada.

Conclusão

Concluimos assim que, *mutatis mutandis*, as lutas modernas pelo reconhecimento fazem ecos às lutas pelo dar - o dom agonístico do reconhecimento - tão bem exumadas por Marcel Mauss em seu estudo das sociedades arcaicas. E que a história, a sociologia e a etnologia têm uma parte estreitamente relacionada, porque o passado ilumina o presente e os outros iluminam o aqui; e vice-versa. A lição para a sociologia é que não é necessário apenas formar especialistas em sociologia, mas, urgentemente, procurar tornar-se uma ciência social geral, e, para isso, renovar seus elos orgânicos com a história, a etnologia, a filosofia ou a economia, e eliminar todas as consequências institucionais em termos de organização do ensino e da pesquisa.

Bibliografia

Seria preciso, em um texto desta natureza, citar tantos livros e autores que preferi não citar nada e resumir, o mais breve possível, toda uma série de análises desenvolvidas principalmente em *La Revue du MAUSS*. Os leitores que desejarem se aprofundar poderão ler:

- Sobre a relação entre sociologia e ciência social geral:

La Revue du MAUSS semestrielle: Une théorie sociologique générale est-elle encore pensable?, Paris, n. 24, 2004, jul.-dez.

- Sobre os quatro imperativos metodológicos:

CAILLÉ, A. 1993. *La démission des deres*. Paris: La Découverte.

- Sobre o marxismo:

La Revue du MAUSS semestrielle: Que faire, que penser de Marx aujourd'hui? Paris, n034, 2009, jul.-dez.

Alain Caillé

- Sobre o paradigma do dom (além de todo o trabalho do MAUSS):

MAUSS, M. 2007. *L'Essai sur le dono* Paris: Fayard.

CAILLÉ, A. 2000. *Anthropologie du dono* Le tiers paradigme. Paris: La Découverte.

- Sobre o lugar da luta pelo reconhecimento na tradição sociológica e a ligação entre o dom e o reconhecimento:

CAILLÉ, A. 2007. Reconnaissance et sociologie. In: CAILLÉ, A. (Org.). *La quête de reconnaissance, nouveau phénomène social total*. Paris: La Découverte.